

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA**

Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, o Conselho Municipal de Economia, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** cumprimentou os Senhores Conselheiros, o Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Vereador Ricardo Valente, e deu início ao Conselho Municipal de Economia – Casa dos 24.

Colocou à votação as 3 atas que se encontram por apreciar.

### **Ordem de Trabalhos:**

#### **1. Ata da reunião de 24 de janeiro de 2019.**

**Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 24 de janeiro de 2019.**

#### **2. Ata da reunião de 29 de janeiro de 2020 (reunião realizada em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura).**

**Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 29 de janeiro de 2020.**

#### **3. Ata da reunião de 9 de junho de 2020 (reunião realizada em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança).**

**Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 9 de junho de 2020.**

#### **4. Posicionamento estratégico da Cidade face aos Instrumentos de Apoio e Financiamento da União Europeia.**

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que se estão a referir ao quadro financeiro plurianual e o *Next Generation*, onde se inclui o Plano de Recuperação e Resiliência. Referiu que estão a falar de valores de 27 mil milhões e de 14 mil milhões em quadros diferentes.

Passou a palavra ao Vereador Ricardo Valente.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que este é um tema relevante a médio/longo prazo e gostariam de discutir com os Senhores Conselheiros o posicionamento do Município relativamente a este pacote financeiro europeu.

Afirmou que o Município está a delinear um plano estratégico de desenvolvimento económico da Cidade, ou seja, entenderam que o posicionamento da Cidade relativamente a este quadro financeiro tem de começar por uma definição estratégica do ponto de vista do desenvolvimento económico da Cidade. Acrescentou que isto é algo que vão implementar a curto prazo e que vão discutir com todos os *stakeholders* da Cidade para se criar um processo que resulte não só do posicionamento estratégico e político do ponto de vista da governância da Cidade, mas também dos atores que têm intervenção na Cidade para que possa existir uma ligação clara entre aquilo que são os instrumentos financeiros e aquilo que é o posicionamento estratégico da Cidade.

Deu nota de que quer no âmbito da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, quer no âmbito da Área Metropolitana do Porto estão a ser trabalhados planos estratégicos, ou seja, a Região Norte, do ponto de vista da CCDR, já definiu aquele que é o posicionamento estratégico da Região. Referiu que o Plano é muito lato e abrangente, que foi elaborado num curto espaço de tempo. Sublinhou que os municípios, as CIM e a Área Metropolitana tiveram uma intervenção muito tardia naquilo que a CCDRN apresentou como posicionamento estratégico. Na sua opinião, trata-se de um plano estratégico demasiado vago e com pouca participação dos atores locais.

Referiu que a Área Metropolitana desencadeou um processo de definição estratégica, onde está a ouvir os municípios, mas este processo peca pelo facto de ser um processo que pede ao Município do Porto que defina, em três dias, um conjunto de projetos estratégicos. Disse que a Cidade entendeu desencadear um processo diferente, pois entenderam que este processo tem de ser participativo e, enquanto Município, estão a desencadear um procedimento no sentido de terem uma consultora independente para prestar uma ajuda. Acrescentou que têm três grandes consultoras internacionais a ajudar o Município neste processo e a ideia é que este modelo de construção permita que a Cidade discuta efetivamente uma visão que ultrapasse o ciclo político, pois estão a criar uma visão até 2030.

Disse que pretendem discutir com os Senhores Conselheiros esta visão do ponto de vista da Cidade versus os instrumentos financeiros.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** referiu-se ao PRR e às preocupações do Município do Porto.

Deu conta de que participou na consulta pública com o Professor Freire de Sousa e com o Doutor Guilherme Costa e apresentaram um documento em que chamam a atenção para algumas debilidades do PRR.

Disse que a primeira debilidade diz respeito à não territorialização, ao contrário de todos os estados da dimensão de Portugal na União Europeia; depois uma tendência para fazer mais do mesmo, ou seja, o PRR parece muito dirigido para assistir à Administração Pública e ao Estado

nas suas funções; e depois uma vertente insuficiente de reconstrução das cadeias de valor europeias que necessitava de planos de refinanciamento das empresas e isto precisava de ser feito de uma forma seletiva, porque havia empresas que, há um ano, já estavam numa situação de grande constrangimento e essas empresas provavelmente não são salváveis para além das medidas assistencialistas que o Estado montou durante este ano. Referiu que estas empresas têm vivido porque existem essas medidas generalistas, mas quando estas acabarem as empresas acabam. Acrescentou que isto exige ao mesmo tempo a criação de emprego para compensar a perda de emprego, mas isto não pode ser feito, na sua opinião, fundamentado na ideia de que precisam de duas ou três Autoeuropas. Referiu que esta situação é muito improvável porque as deslocalizações vão ser menores, pois os grandes países europeus estão num misto de protecionismo e de reconstrução das cadeias de valor. Sublinhou que os estados europeus estão a praticar uma nova forma de reindustrialização e não é provável que possam contar para isto com a atração de grandes investimentos.

Na sua opinião, deviam olhar para aqueles que são os "campeões ocultos" que ainda existem, ou seja, as empresas que ainda existem no tecido português e que, de alguma maneira, podem contribuir para a cadeia de valor europeu. Explicou que maior parte dessas empresas estão descapitalizadas e não é através do financiamento corrente bancário que elas podem ser reconstruídas.

Considerou que os municípios deviam poder participar nesta situação, ou seja, deviam ser criadas sociedades de desenvolvimento industrial, sectoriais em que os municípios pudessem contribuir para entrar temporariamente no capital das empresas para garantir que as mesmas não só continuam a sobreviver como reconstróem cadeias de valor em áreas como, por exemplo, a metalomecânica.

Afirmou que Portugal apostou fortemente em energias renováveis e é curioso verificar que as empresas que se dedicam ao fabrico e à produção de componentes para essa transição energética praticamente estão a desaparecer em Portugal.

Disse que esta visão do PRR contamina as possibilidades que os municípios têm de ter um pensamento estratégico nesta matéria.

Em termos de transição energética e de mobilidade, disse que na área dos transportes está a verificar-se uma alteração profunda relativamente àquilo que vão ser os transportes no País. Sublinhou que está prevista a construção de uma segunda linha ferroviária Porto – Lisboa, que, numa primeira fase, vai ter um grande investimento entre Campanhã (Porto) e Soure e no final entre o Carregado e Lisboa, que é a fase mais complicada. Acrescentou que esta linha tem outra virtualidade, o facto de seguir para norte passando pelo aeroporto, ligando à rede espanhola por Vigo e depois à Corunha, ou seja, este grande desígnio parece estar, neste momento, em andamento.

Relativamente à Metro do Porto, deu nota de que o PRR vai ser utilizado para a construção de uma nova ponte. Explicou que a Linha Amarela deverá funcionar em anel para que haja uma ligação por Santo Ovídio, Devesas, Campo Alegre e Casa da Música. Sublinhou que esta linha é

considerada prioritária; os estudos de procura demonstram que ela tem uma grande viabilidade e vai resolver um dos grandes problemas de mobilidade que é a entrada e a saída no Porto relativamente à margem sul.

Relativamente à rede interna de metro da Cidade, disse que foi considerada prioritária uma linha BRT, que é à superfície e que fará a ligação entre a Rotunda da Boavista e a Praça do Império através da Avenida Marechal Gomes da Costa. Realçou que a Linha do Campo Alegre foi abandonada por razões técnicas, mas também porque esta entrada da Linha Amarela até à Casa da Música, passando pelo Campo Alegre, resolve o problema do Campo Alegre, onde existe maior concentração.

Em relação à transição energética, disse que transformaram a Empresa Municipal de Águas do Porto numa empresa de *utilities*, que passará a produzir e distribuir energia. Explicou que, neste momento, já existe produção de energia em edifícios municipais, mas pretendem avançar com este projeto para produzir a partir dos telhados ou das coberturas dos bairros municipais, permitindo que essa energia seja vendida depois a esses munícipes e a munícipes limítrofes. Considerou que a Cidade precisa de ser também um produtor de energia elétrica e esse é um projeto que consideram que vai mudar radicalmente a Cidade. Na sua opinião, vai mudar de duas formas: por um lado, é uma intervenção social, porque a fatura da energia é muito elevada para as famílias; por outro lado, porque contribui para a descarbonização, ou seja, é uma mudança de paradigma as cidades começarem a produzir energia. Disse que com esta e outras medidas, nomeadamente com a substituição da iluminação por LED, farão alguma diferença, mas ainda existe muito para fazer relativamente à questão da transição. Deu nota de que têm outros grandes desafios na Cidade, um deles está relacionado com a logística e a micrologística, e sobre isto gostaria de obter os contributos dos Senhores Conselheiros.

Referiu-se à questão dos *ecommerce*, um grande problema das cidades europeias, que durante a pandemia cresceu de uma forma gigantesca e que vai obrigar a mudar o paradigma da forma de distribuição nas cidades.

**O Senhor Dr. Vasco Mourão** colocou a questão da entrega de comida em casa.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que a entrega de alimentos tem de ser feita em casa, mas a questão é se vão flexibilizar esse tipo de distribuição ou não. Referiu que se quisessem ter toda a distribuição de comida em casa podiam fechar todas as lojas e supermercados. Acrescentou que se subitamente todas essas entregas passarem a ser feitas em casa têm dois tipos de problema: por um lado, têm o impacto económico dessa situação; e, por outro lado, a questão de saber se a Cidade está disponível para fazer esse sacrifício.

Referiu que a maior parte das casas não estão preparadas para receber os *ecommerce*, porque não têm à porta um local descarregar.

**O representante da Comunidade Portuária do Douro e Leixões, Nuno Araújo** disse que tiveram oportunidade, no ano passado, de tentar apresentar um conjunto de investimentos no sentido da transição energética e da descarbonização da atividade da APDL.

Considerou que ainda há um caminho longo a percorrer na questão da segurança de algumas infraestruturas.

Disse que tentaram ligar a questão da digitalização do negócio à pegada ambiental.

Afirmou que, no âmbito do PRR, os portos, incluindo o Porto de Leixões, não teve qualquer tipo de verba, ou seja, a questão dos portos foi empurrada para o programa plurianual 20/30.

Deu nota de que estão a tomar algumas medidas que vão no sentido daquilo que o Senhor Presidente da Câmara enunciou, ou seja, deram um prazo de transição para que os camiões mais poluentes deixem de visitar o Porto de Leixões. Salientou que foram o porto pioneiro a tomar esta medida. Acrescentou que, no início do próximo ano, vão proibir a circulação de viaturas ligeiras no Porto de Leixões, incentivando os trabalhadores a utilizar os transportes públicos.

Afirmou que para atacar o problema da questão ambiental no porto precisam de verbas elevadas. Salientou que, no âmbito do PRR, apresentaram medidas como a eletrificação das linhas de cais, mas infelizmente isso acabou por não ser contemplado. Lembrou que apresentaram também a construção do primeiro *Data Center* público do País e esse projeto está a avançar; neste momento, estão à procura de parceiros na área das telecomunicações para financiar a sua construção.

Disse que estão a estudar com o Município do Porto a possibilidade de produzir energia de fontes renováveis nomeadamente utilizando o quebra-mar que existe no Douro. Deu nota de que estão a estudar essa possibilidade, tendo em o menor impacto visual e arquitetónico que aquela produção possa vir a ter.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que o facto de a não eletrificação das docas do Porto de Leixões não estar coberta pelo PRR é mais ou menos incompreensível.

Explicou que, quando um navio está encostado num cais a passar a noite ou a carregar/descarregar, não está ligado à corrente elétrica, portanto, está a gastar combustíveis fósseis. Sublinhou que a possibilidade de uma nova geração de navios a gás natural é algo que ainda vai demorar muito tempo, é uma transição muito lenta.

Afirmou que o PRR refere que pode aprovar projetos que estejam definidos e projetados até 2023 e concluídos até 2026; este caso é um caso que podia ser concluído e não se trata de um investimento extraordinário.

**O representante da ACP – Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho** concordou com as palavras do Senhor Presidente da CMP.

Disse que tem refletido muito sobre a questão do PRR e sobre a centralização destes fundos; sobre a forma como o País não tem crescido ao longo destes últimos 20 anos e considera que o PRR vai ser mais uma oportunidade perdida para este País.

Na sua opinião, deviam fazer uma reflexão profunda sobre aquilo que deve ser o pós-Covid. Considerou que o Turismo merece um olhar muito atento, quer seja na área da restauração quer na área da hotelaria. Sublinhou a importância de a Cidade perceber o que pode fazer pela Região, pela captação de visitação, por aquilo que é a marca e todo o *marketing* que é associado à marca Porto.

Disse que percebe os grandes problemas que existem na Cidade de mobilidade, de transição energética e de descarbonização e está completamente de acordo com a estratégia que está a ser seguida, mas considera que poderia ser complementada com as questões que referiu.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse, relativamente à questão do Turismo, que consideram que a situação é uma forte crise conjuntural e ainda não se conseguiu avaliar quais serão as consequências estruturais, ou seja, se esta apneia deixará depois uma crise estrutural no Turismo ou não. Sublinhou que alguns setores do Turismo vão, provavelmente, sofrer crises estruturais. Deu o exemplo da indústria dos cruzeiros, onde é muito provável que haja uma crise estrutural e uma reestruturação muito profunda.

Relativamente à estratégia que tem sido seguida, disse que a Cidade do Porto tem uma característica associada, como aliás Portugal tem, que é ser um destino seguro. Referiu que a questão da confiança no destino seguro é atualmente uma avaliação diferente, ou seja, apesar dos outros riscos assimétricos continuarem a existir, a verdade é que hoje há uma outra questão securitária e a forma como se vão posicionar internacionalmente, em termos daquilo que é o comportamento face a pandemia, vai ser avaliado no longo prazo. Afirmou que vão ter que fazer um trabalho de reconstrução da reputação de Portugal e da Região Norte como um destino seguro, sendo que a segurança é um paradigma diferente daquilo que era.

Referiu-se à Geração Greta que, daqui a três anos, serão os turistas do Porto e de Portugal, portanto, aquilo que têm de construir é uma cidade sustentável, uma Cidade que tem bom comportamento ambiental e isso constrói uma reputação que seguramente vai ser diferenciadora porque essas pessoas vão escolher de acordo com esses padrões. Acrescentou que esta nova geração de turistas vai discriminar positivamente as cidades que têm preocupações ambientais. Afirmou que é importante o posicionamento da Cidade depois da resolução desta situação conjuntural. Considerou que a integração com a Região Norte é importante porque acredita que os destinos apenas citadinos têm mais capacidade de crescer se forem associados a territórios de baixa densidade exatamente por causa das escolhas que as pessoas vão fazer.

Sublinhou que vão ter de vender a Cidade de uma forma diferente.

**O representante da AMP – Área Metropolitana do Porto, Lino Ferreira** saudou vivamente o discurso e o plano que foram apresentados, quer pelo Senhor Presidente da CMP, quer pelo Senhor Vereador Ricardo Valente.

Disse que é um prazer assistir à apresentação de um plano já minimamente estruturado e muito bem pensado.

Exortou o Senhor Presidente da CMP a ser uma voz ativa na AMP, para que este discurso possa existir também na AMP. Disse que existem sempre municípios que estão mais avançados e outros que estão menos avançados, mas a verdade é que esta estrutura territorial tem de ter uma dinâmica diferente.

Disse que existem projetos do Município do Porto que são projetos supramunicipais. Referiu-se ao projeto apresentado pelo representante do Porto de Leixões, que tem de ser supramunicipal e precisam de ouvir falar nestas questões nas reuniões do Conselho Metropolitano.

Pediu ao Senhor Presidente da CMP, como membro do Conselho Metropolitano, para motivar os seus colegas não só para o pensamento municipal em cada um dos municípios, mas também para um pensamento supramunicipal e, sobretudo, da Região da Área Metropolitana do Porto.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que o Senhor Dr. Lino Ferreira reconhecerá a dificuldade que é discutir questões estratégicas nesse fórum. Referiu que a área metropolitana tem vários problemas: em primeiro lugar tem um problema de subfinanciamento crónico, tem um orçamento muito baixo; e depois tem um problema de geometria. Sublinhou que a área metropolitana do Porto tem, de facto, esta enorme dificuldade. Afirmou que a área metropolitana tem 17 municípios que vão desde a Póvoa de Varzim, passando por Vila do Conde, depois para o interior vai até Paredes e para o sul vai até Vale de Câmara, Oliveira de Azeméis e Arouca. Referiu que a área metropolitana foi construída por razões políticas e não por razões objetivas, o que transforma as reuniões da Área Metropolitana numa dificuldade enorme, porque é verdade que existe uma estratégia muito clara relativamente aos municípios da coroa da área metropolitana, contudo relativamente aos outros municípios as suas preocupações são diferentes. Disse que a área metropolitana do Porto não é uma macrorregião. Afirmou que, nas reuniões da Área Metropolitana, é muito difícil discutir estratégias comuns.

**O representante da SONAE, Luís Reis** considerou que esta é a reunião mais importante que realizaram pelos temas que foram colocados.

Em relação ao posicionamento estratégico da Cidade face aos instrumentos de apoio e financiamento da União Europeia, disse que tem muita confiança nesta CMP e como munícipes têm a felicidade de ter uma Câmara esclarecida, atenta e sensata face a esta situação. Saudou a Câmara por estar a preparar um posicionamento estratégico relativamente ao posicionamento mencionado.

Considerou que é preciso uma atitude agressiva e a Câmara do Porto tem de ser mesmo muito agressiva sobre o plano na captura de oportunidades; agressiva na defesa dos interesses do município e dos municípios à sua volta na captura dessas oportunidades. Sublinhou que a Câmara precisa de um posicionamento aglutinador mas com quem entenda que se deve aglutinar. Realçou que Câmara do Porto deve escolher aqueles municípios com quem vai atuar para resolver problemas que só a esses municípios dizem respeito. Afirmou que a CMP terá de ser também

ativa, isto é, virada para a ação. Considerou importante transformar estas oportunidades em ações.

Disse que sendo necessário e absolutamente crítico ter um posicionamento estratégico escrito e claro, não é suficiente porque é preciso fazer um movimento de planejar a Cidade face às oportunidades, mas também um mapeamento daquilo que está no PRR e analisar com inteligência como é que podem ligar aquilo que pretendem, do ponto de vista estratégico, com aquilo que está escrito, porque a linguagem, que lhes vai permitir aceder àqueles financiamentos, tem de ser uma linguagem capaz de conquistar esses financiamentos.

Disse que só ganharão com trabalho, com mais competência, com mais proatividade e com mais antecipação, porque a concorrência é forte. Considerou que existem entidades no Porto que podem apoiar a Câmara nestas iniciativas.

Ofereceu a ajuda da Porto Business School, que está a pensar no mapeamento dessas oportunidades e em ligá-las à Cidade. Referiu que há uma zona de Educação no plano que considera relevante para a capacitação dos recursos para as fases subsequentes.

Considerou que existem entidades de outros setores que podem juntar-se à Câmara no tal papel aglutinador para se responder coletivamente aos desafios.

Na sua opinião, precisam de estar organizados para agressivamente capturar as oportunidades que o plano oferece.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que o plano estratégico da CMP procura captar oportunidades na lógica da ação e da otimização dos instrumentos de financiamento.

Em relação à ligação às universidades, deu nota de que esteve no dia anterior com Porto Business School a discutir a questão da captação de investimento e Porto Business School está, na área do Comércio, a fazer um estudo enorme sobre o comércio de Cidade, identificando as características da atividade comercial da Cidade numa base de se construir um plano estratégico do ponto de vista daquilo que é o comércio da Cidade do Porto.

Considerou o tema da capacitação muito relevante. Referiu que a questão da qualificação é um ponto-chave.

Deu nota de que, na estratégia pós-Covid, têm um conjunto de projetos em curso relativamente à questão da qualificação das competências e, sobretudo, da transformação de saber em inovação e depois em produto, que é algo também muito relevante do ponto de vista de Região e de Cidade.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que a decisão foi tomar medidas contracíclicas logo que a pandemia se instalou. Referiu que a Cidade do Porto usufruiu, durante os últimos anos, de um crescimento económico assinalável e isso permitiu, mantendo os níveis de investimento, reduzir significativamente o endividamento municipal que, no início do ano passado, chegou a zero, o que lhes dá os instrumentos para tomar medidas contracíclicas. Disse que continuarão a reduzir a carga fiscal dos impostos, fizeram um conjunto de isenções durante



a crise e resolveram apostar ainda mais no investimento com a contração de empréstimos. Lembrou que foram criticados, durante algum tempo, por serem pouco agressivos na política fiscal, apesar de terem atualmente o IMI mais baixo do País.

Referiu que os planos de investimento que têm são muito intensos e, neste momento, estão a exigir muito dos recursos municipais e não é apenas dos recursos financeiros, mas também da capacidade de governância

Deu nota de que visitou, no dia anterior, o Terminal Intermodal de Campanhã, que irá fazer uma diferença absolutamente fundamental na Cidade. Sublinhou que esta será uma alteração muito profunda na Cidade. Do seu ponto de vista, este é o investimento mais marcante na Cidade do Porto naquilo que está relacionado com o princípio da proximidade.

Disse que recebeu os estudos de procura da linha da Alfândega, que está desativada há muitos anos, e encomendaram um estudo ao Professor Paulo Pinho, da Universidade do Porto. Referiu que os números de procura são absolutamente incríveis. Afirmou que a sua ideia é ter essa linha de segunda a sexta-feira para o transporte público e sábado e domingo para espaço de fruição. Acrescentou que estão empenhados na utilização dos recursos existentes para mudar a vida das pessoas.

Deu nota de que vão avançar com um elevador que vai ligar a Restauração ao Campo Alegre, através do Parque do Palácio.

Afirmou que este é o momento para se fazer estes investimentos, porque são investimentos contracíclicos, e é, nestas alturas, que devem aquecer a economia.

Na área da sustentabilidade, deu conhecimento de que estão a substituir toda a iluminação da Cidade por iluminação LED. Sublinhou que este é um investimento gigantesco mas que terá um *payback* de 5 anos.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que, para além da questão de uma política anticíclica, este ano vão ter um nível de investimento que é o dobro de 2017. Referiu que está previsto 128 milhões de euros de investimento na Cidade, quando em 2017 tiveram cerca de 68 milhões de euros. Quanto à dívida, disse que, em 2017, tinham perto de 70 milhões de euros e, neste momento, a dívida é zero.

Registou que em Portugal existem medidas-travão ao endividamento dos municípios, ou seja, existe um limite máximo de endividamento dos municípios, que equivale a 150% das receitas correntes médias dos últimos 3 anos. Sublinhou que não é permitido um limite absoluto à dívida do Estado Central. Referiu que a mesma Constituição que permite que o Estado Central se endivide até ao fim da vida é a mesma que permite que o Governo crie um limite ao endividamento dos municípios.

Realçou que os municípios portugueses representam 52% do investimento público em Portugal e representam 14% da despesa pública.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** sublinhou que tiveram uma taxa de execução orçamental de 80% sucessivamente.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que, do ponto de vista de governância, têm procurado apoiar o tecido económico e fazem-no através da linha "Revitaliza Porto" dirigida às microempresas, no fundo, à economia local. Sublinhou que, no seu entendimento, esta crise tem de ser resolvida pelo Estado Central.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu nota da situação em Espanha, onde o Governo Central passou verbas para as autonomias e as autonomias passaram verbas para as cidades, para que cada uma delas pudesse montar modelos de indução à atividade económica. Referiu que em Portugal todas as medidas são tomadas pelo Estado Central. Sublinhou que os municípios não decidem nada e os municípios são profundamente diferentes uns dos outros. Afirmou que sem verbas do Estado Central não podem avançar nas ajudas. Referiu que os municípios estão a pagar custos com os testes ao Covid, com o apoio aos lares, com o apoio a vacinação e com o apoio a um conjunto de medidas e o "cheque" atribuído é zero. Realçou que não houve reforço de transferência para os municípios.

Sublinhou que os municípios vivem do IMI e do IMT, de uma parte do IRS, de pequenas verbas da Derrama e de taxas e licenças, mas com esta crise houve uma profunda redução na receita dos municípios.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que o Estado Central tem de assumir as suas responsabilidades como um todo. Sublinhou que não houve transferência de verbas do ponto de vista de atividade económica e a sua gestão de financiamento é muito limitada, não têm capacidade de gerar receitas automaticamente. Neste sentido, decidiram ter uma lógica muito corporizada no apoio ao microcomércio e às microempresas do ponto de vista de montar uma linha que tem funcionado muito bem e que tem permitido que muitas destas pessoas tenham hipótese de recorrer a linhas de financiamento que antes não tinham. Referiu que têm apostado fortemente na formação dos comerciantes.

Salientou que têm implementado estratégias na área digital e na transformação digital; criaram um programa de requalificação digital e estão, neste momento, a apoiar 200 empresas/empresários da Cidade do Porto num programa com a ANJE.

Afirmou que a estratégia da CMP tem sido ajudar na questão da qualificação; qualificar, melhorar para dar sustentabilidade do ponto de vista de economia.

Disse que anunciarão, a curto prazo, um programa de apoio ao comércio.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que no Natal fizeram um ensaio do programa sem grande sucesso, porque não conseguiram a divulgação que pretendiam e os comerciantes não entenderam muito bem o modelo em causa. Esclareceu que o modelo que vão criar vai ser

alargado à restauração, à cafetaria, aos barbeiros, aos cabeleireiros, entre outros. Explicou que se trata de um desconto que é pago pela Câmara. Sublinhou que é um modelo de descontos, que não serão distribuídos aos cidadãos. Realçou que o comerciante apenas tem que ter identificado na loja que aderiu ao modelo; depois tem de faturar, fazer a demonstração que faturou e que repercutiu no cliente o desconto; e esse desconto depois é pago pela Câmara. Referiu que com este modelo não estão a discriminar negócios, a única coisa que se estabelece é que é destinado a lojas até 250 m<sup>2</sup>.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que a ideia não é terem uma medida assistencialista, mas fomentar o consumo. Referiu que o objetivo é incentivar as pessoas a voltarem à Cidade e a consumirem na Cidade.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** considerou que esta ideia é melhor do que estarem a dar apoio de renda a restaurantes, mas o critério para dar esse apoio é muito difícil, porque o tecido é muito diferenciado.

Afirmou que o modelo que estão a criar é, de facto, um modelo de incentivo ao consumo e não estão a discriminar o consumidor.

**O Senhor Dr. Vasco Mourão** disse que o setor da restauração se sente um pouco órfão relativamente ao apoio da Câmara ou relativamente ao que poderá ser o apoio da Câmara neste caso.

Referiu que o Governo manifesta a intenção de dar o apoio financeiro, mas considera que a Câmara devia fazer algo no sentido de dar ao setor algum conforto. Sublinhou que os restaurantes representam uma atividade comercial que tem uma relação intensa com a Câmara até porque necessita de várias licenças, o que é um processo complicado e este ainda se tornou mais complicado nos dias que correm.

Considerou importante que a CMP tenha uma ação de relações públicas com o setor, pois este é um setor afetado de uma forma aguda; é um setor que envolve muitas pessoas, porque emprega muitas pessoas; e envolve muitas pessoas porque tem muitos clientes. Na sua opinião, é importante que a Câmara explique e aja no sentido de apoiar estes empresários e isso não tem necessariamente de passar por dinheiro.

Lembrou a criação da Movida e da figura da Diretora da Movida. Considerou que, neste momento, existem bastantes incógnitas conjunturais e acrescentar dificuldades com a CMP não ajuda, portanto, deviam criar a figura do provedor do setor.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que a experiência da Movida funcionou muito bem e é um excelente exemplo. Afirmou que é sensível à questão colocada pelo Vasco Mourão. Referiu que o licenciamento é algo sempre muito complicado e na área do investimento têm a situação bem definida porque têm uma Divisão Municipal, a "InvestPorto", que desempenha esse papel

do provedor do investidor dentro da Câmara. Concordou com a criação de uma figura que otimize os processos, porque considera que, às vezes falta, essa sensibilidade, ou seja, ainda existe uma cultura muito burocrática que por vezes é insensível à questão do momento e não o pode ser. Concordou com a criação de um mediador para as necessidades específicas da restauração. Abordou a questão das esplanadas, dizendo que foi uma experiência que correu muito bem, montaram mais de 400 esplanadas na Cidade com licenças automáticas.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que foi muito difícil administrativamente resolver esta questão da liberalização das esplanadas.

Referiu que têm imensas reclamações de pessoas que dizem que as esplanadas ocupam os passeios e que não são contíguas aos estabelecimentos. Sublinhou que a Câmara autoriza as esplanadas em praças e em jardins e têm uma enorme litigância relativamente a essa matéria, porque existe a convicção de que essas medidas são medidas burocráticas construídas pelas câmaras e muitas delas não são. Afirmou que têm que ter um particular cuidado nessa matéria, sendo certo que existe de facto uma cultura burocrática.

Deu nota de que a Movida continua a funcionar.

Relativamente aos restaurantes, disse que compreende o sentimento de orfandade. Sublinhou que conversou com os proprietários dos restaurantes e com as associações, e compreende que numa situação destas as pessoas sintam uma enorme revolta e uma grande orfandade, mas algumas medidas tomadas por alguns municípios foram verdadeiramente desastrosas.

Disse que esta medida que estão a defender parece-lhes mais importante. Referiu que quando os restaurantes protestaram e reclamaram junto do Governo tiveram o Presidente da Câmara do seu lado, o que, às vezes, é mais importante do que qualquer outra ação.

Referiu que os restaurantes, apesar de tudo, mantiveram alguma atividade, mas há outras atividades que fecharam completamente.

Considerou que quem proíbe a atividade tem de pagar. Disse que a CMP afirmou publicamente que, não havendo uma redução do consumo, reduzir a oferta para apenas uma parte das horas iria agravar a situação da pandemia. Sublinhou que foi a única pessoa que tomou posição sobre esta matéria. Considerou que era importante que os outros municípios, em vez de andarem a tentar ajudar o Governo a resolver o problema do Governo, tivessem estado do seu lado na posição que tomou.

Abordou a questão da legitimidade das regras impostas, dizendo que esta matéria é uma decisão política, não é uma decisão técnica nem científica. Referiu que estas medidas são medidas de carácter político e, quando é assim, é preciso confrontar quem toma essas decisões. Afirmou que existe alguma dificuldade da sociedade em confrontar quem decide.

Disse que compreende bem os sentimentos das pessoas e compreende que existam pessoas que tenham razões de queixa da Câmara. Referiu que este é um sentimento patente ao nível de outras atividades, como por exemplo ao nível dos alojamentos locais.

Afirmou que a CMP propôs aos alojamentos locais que alugassem as casas à Câmara para que esta as alugasse aos cidadãos, pagando a Câmara uma parte, mas os alojamentos locais, com raras exceções, não aderiram ao programa. Referiu que não aderiram porque consideram que o negócio vai retomar e porque desconfiam do programa.

Explicou que, nesta medida, é a CMP que garante a integridade da propriedade, garante o pagamento da renda e garante que no dia estabelecido o inquilino abandona a casa. Referiu que, apesar disto, a Câmara não foi capaz de atingir os objetivos pretendidos.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que só 20% do AL aderiu ao programa.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que, na altura, consideraram que esta era a melhor medida. Sublinhou que Lisboa levou a cabo um modelo semelhante mas com piores resultados.

**O representante da SONAE, Luís Reis** disse, sobre o tema das oportunidades pós-crise, que a CMP está preparada para a situação.

Considerou que a digitalização dos Serviços da Câmara podia ajudar a resolver alguns problemas, nomeadamente a facilitar a relação da Câmara com os cidadãos.

Realçou a importância dos sinais: os sinais de confiança, os sinais de apoio e considera que a Câmara foi muito sensível em relação a esta questão. Deu como exemplo o logótipo do Porto, que foi um dos primeiros sinais que o Senhor Presidente e esta equipa deram de rejuvenescimento da Cidade. Referiu que a Movida foi também um sinal de comunicação da CMP com os cidadãos.

Disse que o sentimento de orfandade, que foi referido, tem uma componente legítima e uma componente de desconhecimento de todos os programas que a Câmara realizou. Considerou que é preciso investir na divulgação e na aproximação à população.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu nota de que aprovaram, esta semana, a criação de um cartão do munícipe, que para além de ser um cartão de descontos num conjunto de atividades, inclusivamente algumas serão gratuitas, esta plataforma funcionará também para informar diretamente os munícipes. Referiu que os munícipes vão querer ter este cartão para terem descontos e a partir daí vão receber informação da Câmara.

Referiu que o cheque, de que falaram, e que aplicaram aos comerciantes, apesar do empenho da Associação dos Comerciantes, foi extraordinariamente difícil de fazer chegar às pessoas. Sublinhou que atualmente é muito difícil comunicar com a população.

Afirmou que este novo cartão vai permitir manter a população informada através de notificações. Disse que acredita que vão conseguir chegar a toda a população, porque, por exemplo, a gratuidade nos transportes públicos para os jovens até aos dezoito anos vai ser assegurada através deste cartão.

**O representante da ACP, Nuno Botelho** disse que as pessoas estão todas muito crispadas, muito magoadas, e acham que todos têm que resolver o seu problema, seja o Presidente da Associação Comercial do Porto, seja o Senhor Presidente da CMP, seja o Senhor Primeiro-Ministro, seja o Senhor Presidente da República.

Sugeriu a criação de uma figura que pudesse ser uma via verde; a criação de uma linha, de um *e-mail* dedicados exclusivamente aos comerciantes, que pudessem dar resposta às questões dos comerciantes.

**O representante da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, Pedro Guerreiro** disse que a ANJE é uma associação nacional, mas que tem as suas raízes, a sua história e a sua sede no Porto. Deu conta do prazer que sente em estar presente nesta reunião. Referiu-se ao anunciado programa de aceleração digital, dizendo que este programa teve uma procura de 200% em pouco tempo, o que significa que as pessoas estão sedentas de serem capacitadas para a transição digital; os pequenos negócios estão sedentos de serem ajudados. Mencionou que, neste caso, não estão a ajudar a economia, mas a dar um apoio social, de proteção de emprego e de proteção dos pequenos negócios.

Explicou que o programa referido é dirigido a micro e a pequenas empresas e tem ajudado as empresas a ultrapassar estes momentos difíceis.

Sublinhou que a ANJE gere uma rede de 10 centros de incubação nacionais, sendo que dois deles estão situados no Porto e têm lotação esgotada por causa da procura de empresas na área da transição digital. Acrescentou que estão a tomar medidas no sentido de ampliar o apoio que deram às empresas especializadas na área da transição digital.

Disse que muitas das empresas que estão atualmente a trabalhar na área dos *ecommerce* estão a fazê-lo numa vertente de Internet das coisas que substituiu o *ecommerce* conforme se conhece e será inevitável terem uma cidade com uma mobilidade orientada para a Internet das coisas. Referiu que há uma transformação radical daquele que é o modo de vida, conforme o conhecem atualmente.

**O representante da Uniplaces, Miguel Santo Amaro** disse que é empreendedor e investigador tecnológico.

Deu os parabéns pelas medidas tomadas, mas considera que as mesmas deviam ser mais divulgadas.

Considerou que discutem pouco o futuro e a nova economia, que vai ter de passar pela tecnologia. Na sua opinião, continuam a falar pouco de tecnologia e do seu impacto na sociedade.

Perguntou por que razão não se contrata um CTO (*Chief Technology Officer*) para a Cidade do Porto.

Referiu que Portugal tem mais de 430 mil desempregados e nas suas empresas tem mais 3 mil vagas em aberto e não consegue contratar engenheiros tecnológicos.

Considerou que o Porto como cidade poderia fazer mais e o CTO até poderia resolver alguns dos desafios da transição digital na própria Câmara.

**O Senhor Dr. José Carlos Caldeira** disse, relativamente à questão das oportunidades, que a Câmara Municipal do Porto pode usar esta oportunidade para, com uma grande transformação digital, preparar-se para eventuais cenários futuros iguais a este que se vive. Referiu que a CMP deve aproveitar esta oportunidade para simplificar e acelerar processos, mas também para se aproximar mais dos cidadãos. Sublinhou que estas tecnologias permitem que os cidadãos comuniquem de uma forma mais direta com a Câmara e com os seus funcionários.

Disse que, para as empresas tecnológicas, o facto de a CMP se disponibilizar para ser um local de teste de validação, de demonstração das soluções pode ser mais importante do que o financiamento. Referiu que através de parcerias com empresas tecnológicas, que estejam a desenvolver soluções, e com entidades do sistema científico a CMP pode ter um papel fundamental, alavancando estas empresas, nomeadamente na área do digital.

Considerou que esta é uma oportunidade que poderia ser aproveitada numa escala maior do que aquela que tem sido praticada até ao momento.

Na sua opinião, têm de ter um papel fundamental em atrair empresas, mas esta crise veio trazer um outro fenómeno, que é a questão de muitos dos trabalhadores das áreas tecnológicas, hoje estarem a trabalhar para empresas multinacionais nas cidades e se não quiserem não perder estes cidadãos, tem de pensar nas condições que podem criar para que eles permaneçam na Cidade do Porto, tendo a possibilidade de ir morar para qualquer outro local.

**O representante do IPP – Instituto Politécnico do Porto, José Oliveira** colocou a possibilidade de a Câmara ser um polo dinamizador das conversas entre a Academia e as empresas, para que pudessem apresentar soluções e as entidades pudessem apresentar os seus problemas.

Referiu que com esta conversa já teve algumas ideias e no final desta reunião vai já com a conversar com algumas pessoas, porque têm soluções para muitas das questões colocadas.

Propôs que a Câmara seja um polo dinamizador para agregar conversas entre as várias entidades para encontrar soluções.

Concordou com a ideia de terem um responsável pela área tecnológica e pela dinamização da tecnologia na Cidade do Porto.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que o crescimento económico, principalmente em fase de transição, depende da conjugação de três fatores: as empresas e os empresários; as fontes de financiamento; e as fontes institucionais. Referiu que, neste triângulo, o Porto relativamente a Lisboa continua a ter uma enorme dificuldade.

Considerou que aquilo que têm tentado fazer e podem tentar fazer é, como Câmara, é tentar complementar, ou seja, tentar contribuir para reduzir este *gap* institucional. Sublinhou que a

Câmara não se pode substituir às empresas e não pode entrar como instrumento de financiamento.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** concordou com as palavras do Miguel Santo Amaro. Considerou que é importante não escamotear uma questão importante que é a forma como a governança do País trata esse tema. Referiu que, esta semana durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, o Governo centrou, mais uma vez, em Lisboa uma instituição importante como se o Porto, Braga ou Coimbra não tivessem a mesma capacidade. Sublinhou que o Governo não ouviu as cidades e não permitiu que as cidades se candidatassem. Afirmou que o País centra-se numa lógica umbilical entre aquilo que é Lisboa e o País. Lamentou o facto de nenhuma das empresas tecnológicas portuguesas ser portuguesa.

**O representante da Uniplaces, Miguel Santo Amaro** disse que isso está a mudar.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** perguntou qual é o salário de um CTO.

**O representante da Uniplaces, Miguel Santo Amaro** disse que consegue arranjar, pelo menos, três candidatos que acredita que farão, pelo menos durante o primeiro ano, trabalho não remunerado.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** perguntou se sabem quais são os níveis salariais da função pública neste momento.

**O representante da Uniplaces, Miguel Santo Amaro** disse que acredita que ser o primeiro CTO em Portugal é capaz de ser aliciante. Afirmou que, num mundo cada vez mais digital, se fosse Presidente da Câmara precisaria de ter ao seu lado alguém com esse pelouro.

**O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** disse que isso era o que devia ser a Porto Digital.

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que a questão do CTO é um tema relevante. Referiu que o Porto tem uma associação Porto Digital que talvez devesse ser corporizada em algo desse género e devia ter outro tipo de capacitação. Deu nota de que na Cidade do Porto desde 2015 até ao momento criaram mais de oito mil e oitocentos postos de trabalho altamente qualificados, do ponto de vista de empresas, e muitos destes projetos são projetos ganhadores a nível mundial. Considerou que o Porto tem de facto de ser agressivo e é assim que têm agido.



Referiu que não tem qualquer apoio das instituições nacionais do ponto de vista da atração de investimento. Acrescentou que até lhes retiram projetos de investimento que estão bem encaminhados para a Cidade do Porto e que, de repente, são canalizados para outras cidades. Afirmou que estão perante um problema claro de governância e o caminho não é fácil. Concordou que a questão do papel da tecnologia tinha de ser mais forte. Considerou que o papel da Porto Digital é subaproveitado do ponto de vista de Cidade.

Salientou que foram a primeira Câmara do País a criar uma área talento e desenvolveram o primeiro trabalho de identificação do mapa de talento para a macro Região Norte e chegaram à conclusão que a macro Região Norte produz mais talento que a macro Região Lisboa.

Deu conta de que a CMP apoia estratégias de *reskilling* no ensino primário.

Afirmou que a CMP criou um programa, chamado "Porto. for Talent", onde têm um programa piloto de *reskilling* de pessoas com mais 35 anos e jovens do ponto de vista a digital.

Disse que vão instalar na Cidade a primeira escola digital, um projeto internacional.

Referiu que fazem planos de especialização territorial do ponto de vista de região que depois não ligam com aquilo que é a produção de talento.

Realçou novamente o problema de governância e estes temas implicam que haja uma mudança de sistema, que permita unir as peças todas.

Deu nota de que na área do *reskilling* é a Câmara do Porto que está a financiar projetos, pagando-os na totalidade para formar técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou seja, a Câmara está a substituir-se ao Estado e estas substituições não fazem sentido. Na sua opinião, os centros de emprego deviam ter autonomia orçamental e funcional para responder às necessidades da Região e do Município onde estão inseridos.

Afirmou que há um problema político que se chama Regionalização, que implica dar uma flexibilização às Regiões para que elas tenham a capacidade de criar economia local e de fazer moldar os seus planos de especialização territorial.

**Foi dado conhecimento.**

## **5. O papel da Governância da Cidade na economia pós-Covid.**

**Foi dado conhecimento.**

## **6. Como capturar oportunidades geradas pela crise na "Nova Economia".**

**Foi dado conhecimento.**

*Os pontos 4, 5, 6 e 7 foram discutidos em conjunto.*

## **7. Política de habitação acessível: modelos a implementar.**

**O Senhor Vereador Ricardo Valente** disse que a questão da habitação é muito importante para a economia. Afirmou que a Cidade está a trabalhar no aumento da oferta de habitação acessível. Referiu-se ao Programa "Porto com Sentido", que é um programa de arrendamento de imóveis na Cidade. Acrescentou que têm também projetos específicos de construção de habitação acessível; basicamente, têm três grandes projetos: Monte da Bela, que é em Campanhã; Monte Pedral que é basicamente no Centro da Cidade; e o projeto de Lordelo na parte ocidental da Cidade. Disse que se coloca a questão de qual o modelo de financiamento que é capaz de gerar este impulso do ponto de vista da oferta. Deu conta de que alteraram o Programa "Porto com Sentido" no sentido de ser a Câmara a fazer contratos-promessa de arrendamento para construção nova como forma de escalar rapidamente a questão da necessidade de habitação na Cidade do Porto a preços acessíveis.

Na sua opinião, todos os modelos proibitivos são um falhanço.

Disse que a ideia é procurar resolver o problema aumentando a oferta. Deu nota de que vão avançar com um modelo público-privada em que, em grande medida, ele terá que ser privado para que tenha capacidade de chegar ao mercado cedo e também porque não têm orçamento para colmatar o défice de habitação.

Referiu que querem passar para um modelo "100% privado", em que, na prática, a Câmara assina contratos de longo prazo de *build-to-rent*; a ideia é aumentar a oferta de construção nova para arrendamento.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas, o **Senhor Vereador Ricardo Valente** agradeceu os contributos de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

Rui Moreira



## ANEXO I

### Lista de Presenças



Conselho Municipal de Economia do Porto /  
Casa dos 24

Reunião Extraordinária, de 25/03/2021  
Lista de Presenças

Página 1 de 2

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
Pelouros da Economia, Turismo e Comércio e Gestão de Fundos Comunitários	Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	
ACP – Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
ACP – Associação de Comerciantes do Porto	Rubens de Carvalho	
AEP – Associação Empresarial de Portugal	Luis Miguel Ribeiro	
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Fernando Gaspar Vieira	
AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte	Manuel Joaquim Reis Campos	
AMP – Área Metropolitana do Porto	Lino Ferreira	
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	Pedro Guerreiro	
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical	João Torres	
Comunidade Portuária do Douro e Leixões	Nuno Araújo	
IPP – Instituto Politécnico do Porto	José Carlos Barros Oliveira	



Conselho Municipal de Economia do Porto /  
Casa dos 24

Reunião Extraordinária, de 25/03/2021  
Lista de Presenças

Página 2 de 2

Equipa Reitoral da U.P. – Universidade do Porto	João Correia da Silva	
UGT – União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
<b>Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara</b>		
Economista	José Manuel Marques da Silva Lemos	
Gestora de Marketing	Inês Santos Silva	
Diretora Geral do Banco BPI	Maria do Carmo Guedes de Oliveira	
Engenheiro	José António Ribera Salcedo	
Vereador (PSD-CMP)	Álvaro Fernando Santos Almeida	
Economista	Bruno António Serzedelo da Costa Carvalho	
Fundador e CEO da Uniplaces	Luís Miguel Gonçalves Vieira Santo Amaro	
Administrador	José Carlos Caldera	
Chief Corporate Center Officer - Sonae	Luís Filipe Reis	
	Manuel de Novaes Cabral	
Presidente do Conselho de Administração da Douro Azul	Mário Nuno dos Santos Ferreira	
Empresário	Vasco Mourão	